

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: A IMPORTÂNCIA DO DIAGNÓSTICO E DA INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO DO ALUNO

Josielma de Sousa Silva ¹

Leonardo Mendes Bezerra ²

Geicimaria de Nazare Castro da Silva ³

RESUMO

A deficiência intelectual constitui um desafio significativo para o desenvolvimento cognitivo e social, exigindo práticas educativas que considerem as especificidades de cada aluno. Este estudo, de natureza bibliográfica e abordagem qualitativa, tem como objetivo analisar a importância do diagnóstico precoce e da intervenção psicopedagógica no processo de aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual. A psicopedagogia se apresenta como uma área mediadora entre o sujeito, a escola e a família, contribuindo para a compreensão das dificuldades e para o desenvolvimento de estratégias de ensino adaptadas e inclusivas. Os resultados da revisão indicam que o diagnóstico oportuno, aliado a intervenções psicopedagógicas planejadas, potencializa o desenvolvimento das habilidades cognitivas e afetivas, promovendo uma aprendizagem significativa e a efetiva inclusão escolar. Conclui-se que o papel do psicopedagogo é essencial na construção de práticas pedagógicas humanizadas, que valorizem as potencialidades do aluno e fortaleçam o processo de inclusão educacional.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual, Psicopedagogia, Intervenção, Diagnóstico, Inclusão.

INTRODUÇÃO

A deficiência intelectual é uma condição que impõe desafios importantes ao desenvolvimento cognitivo, social e emocional do indivíduo. Caracteriza-se por um funcionamento intelectual abaixo da média e dificuldades no comportamento adaptativo (AMMR, 2006). No contexto escolar, essas limitações impactam diretamente o processo de aprendizagem, exigindo abordagens educacionais específicas e individualizadas.

¹ Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Campus Balsas, Pós-graduada do Curso de Psicopedagogia da Universidade Unicesumar - MA, josielmadsilva@gmail.com;

² Doutor em Educação pela Universidade de Sorocaba, Professor Adjunto na Universidade Estadual do Maranhão, Campus Balsas/Departamento de Educação, Professor Permanente no Programa de Pós-graduação em Educação (Mestrado) na UEMA, Campus São Luís, lydimo@live.com;

³ Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Campus Balsas e Bacharelada em Psicopedagogia pela Universidade Unopar, Polo Balsas, Professora na UEMA, Campus Balsas/Departamento de Educação, psicogeicimariasilva@gmail.com;



O papel do psicopedagogo, nesse cenário, é essencial. Atuando como mediador entre os processos cognitivos, emocionais e sociais da aprendizagem, o profissional busca compreender as causas das dificuldades e propor intervenções eficazes. A escola, como espaço privilegiado de convivência e desenvolvimento, deve promover práticas pedagógicas inclusivas, valorizando as potencialidades do aluno com deficiência intelectual. Este trabalho tem como objetivo de refletir sobre o papel do diagnóstico e da intervenção psicopedagógica na aprendizagem de alunos com deficiência intelectual, com base em revisão bibliográfica e de forma específica compreender os principais aspectos da deficiência intelectual sob a perspectiva educacional e psicopedagógica; discutir estratégias de intervenção baseadas em práticas lúdicas e adaptativas; apontar o papel da escola e da família no processo de aprendizagem do aluno com DI.

Este trabalho propõe-se a refletir sobre a importância do diagnóstico precoce e das intervenções psicopedagógicas no processo de aprendizagem de alunos com DI, com base em uma revisão teórica e documental. A deficiência intelectual (DI) é uma condição que se manifesta antes dos 18 anos, caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo, afetando habilidades conceituais, sociais e práticas.

Historicamente, pessoas com deficiência foram marginalizadas e excluídas dos espaços sociais e educacionais. No entanto, com o avanço das discussões sobre direitos humanos e inclusão social, a educação passou a ser considerada um direito universal e inalienável, estendido a todos, independentemente de suas limitações.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, reconhece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015) reforçam o direito à educação inclusiva, com adaptações curriculares, atendimento educacional especializado e suporte à aprendizagem. Ainda assim, os desafios persistem na prática, especialmente no que diz respeito à formação dos profissionais da educação, às estratégias de ensino e à acessibilidade pedagógica.

Segundo o Censo Escolar de 2022, mais de 1,3 milhão de estudantes com deficiência estão matriculados na educação básica brasileira. Desses, cerca de 28% são alunos com deficiência intelectual. Os dados revelam a crescente necessidade de práticas



pedagógicas e psicopedagógicas que respeitem a diversidade, garantindo não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso escolar desses estudantes.

É nesse contexto que a psicopedagogia se apresenta como área fundamental para a mediação entre os sujeitos em processo de aprendizagem e os desafios encontrados ao longo desse percurso. O psicopedagogo atua na identificação das dificuldades, na promoção da aprendizagem significativa e na articulação entre escola, família e demais profissionais de apoio. Sua intervenção não se limita à remediação, mas propõe ações preventivas, diagnósticas e terapêuticas, voltadas ao desenvolvimento global do sujeito.

Diante disso, o presente artigo propõe-se a refletir sobre a importância do diagnóstico precoce e das intervenções psicopedagógicas no processo de ensino-aprendizagem de alunos com deficiência intelectual, com base em revisão bibliográfica. A intenção é contribuir para o debate acerca da inclusão escolar e oferecer subsídios teóricos e práticos para o trabalho de psicopedagogos, professores e demais profissionais da educação.

METODOLOGIA

Este artigo se baseia em uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, fundamentada na análise de livros, artigos científicos e documentos oficiais que discutem a deficiência intelectual, o diagnóstico educacional e a intervenção psicopedagógica.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica permite a análise e a discussão de um problema a partir de contribuições já existentes na literatura, o que contribui para o aprofundamento teórico do objeto estudado.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Segundo a American Association on Mental Retardation (AMMR, 2006), a deficiência intelectual é “uma incapacidade caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo, expresso em habilidades conceituais, sociais e práticas”.

As causas podem ser múltiplas: síndromes genéticas, asfixia perinatal, privação psicossocial, exposição pré-natal a substâncias tóxicas, entre outras (SHEVELL, 2008).



Além disso, há associação comum com outras condições clínicas, como a epilepsia (ALVAREZ, 2004).

O diagnóstico psicopedagógico busca compreender as dificuldades de aprendizagem a partir de uma perspectiva global do sujeito, levando em conta aspectos cognitivos, afetivos, sociais e contextuais.

Para Pletsch (2010), a aprendizagem não ocorre de forma espontânea, mas por meio da interação entre sujeito, meio e práticas curriculares planejadas. Assim, o psicopedagogo atua como um articulador entre aluno, escola e família. A intervenção com alunos com DI requer sensibilidade, planejamento e uso de recursos adaptados. Jogos, atividades lúdicas e materiais visuais são fundamentais nesse processo, pois promovem o desenvolvimento cognitivo e a motivação do aluno.

Segundo Vigotski (1997), a aprendizagem é um processo cognitivo permeado pela afetividade. Portanto, o vínculo entre educador e aluno torna-se base para a construção do conhecimento. Sternberg (2000) complementa que a memória é essencial para a retenção e recuperação de informações, devendo ser estimulada por meio de práticas repetitivas e significativas.

O suporte familiar é crucial para o sucesso das intervenções psicopedagógicas. A participação ativa da família permite o reforço das atividades realizadas na escola e favorece o bem-estar emocional do educando. A ausência desse suporte, por outro lado, pode acentuar as dificuldades enfrentadas no processo educativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A literatura aponta que alunos com deficiência intelectual, embora apresentem limitações, são plenamente capazes de desenvolver habilidades acadêmicas, sociais e práticas, desde que tenham apoio adequado. A atuação psicopedagógica, quando alinhada com a equipe escolar e com a família, potencializa as possibilidades de aprendizagem.

A importância da personalização no processo de ensino é destacada por Beirne-Smith et al. (1998), que enfatizam a necessidade de variação das estratégias curriculares. A escola deve oferecer recursos que respeitem o ritmo do aluno, incentivando a autonomia e a construção de saberes significativos.

A literatura especializada reforça que alunos com deficiência intelectual, embora apresentem limitações cognitivas e adaptativas, possuem grande potencial para o



desenvolvimento de habilidades acadêmicas, sociais e práticas quando recebem suporte adequado e individualizado. O processo de inclusão escolar não se resume à simples matrícula na rede regular, mas envolve a adaptação de currículos, metodologias e estratégias de ensino que atendam às necessidades específicas de cada aluno.

Na prática, a experiência em instituições como a APAE demonstra que o trabalho conjunto entre psicopedagogos, professores, familiares e profissionais da saúde é fundamental para o sucesso das intervenções. Por exemplo, o uso de jogos pedagógicos adaptados, atividades lúdicas e materiais visuais permite estimular a atenção, a memória e o raciocínio dos alunos, facilitando a aprendizagem de conteúdos básicos como a alfabetização e o desenvolvimento de habilidades numéricas.

Além disso, o fortalecimento do vínculo afetivo entre educador e educando, destacado por Vigotski (1997), cria um ambiente de segurança e motivação, essencial para a construção do conhecimento. A aprendizagem torna-se um processo prazeroso e significativo, rompendo com estigmas e preconceitos frequentemente associados à deficiência intelectual.

No entanto, a efetivação dessas práticas enfrenta obstáculos, como a carência de formação específica para os profissionais da educação, limitações de infraestrutura e a ausência de políticas públicas eficazes em muitas regiões. A falta de apoio familiar, em alguns casos, também compromete a continuidade do trabalho psicopedagógico, evidenciando a importância da articulação entre escola e família.

Dessa forma, a personalização do processo de ensino, conforme destacam Beirne-Smith et al. (1998), é uma necessidade imperativa. Adaptar a ênfase curricular, variar estratégias e promover atividades contextualizadas garantem o respeito às singularidades dos alunos com deficiência intelectual. Essas ações ampliam as chances de autonomia e inclusão social desses estudantes.

Portanto, o psicopedagogo desempenha papel estratégico, ao integrar conhecimentos teóricos e práticos para intervir de maneira humanizada e eficiente. Seu trabalho é essencial não apenas para o diagnóstico e intervenção, mas também para a sensibilização da comunidade escolar e a promoção de uma cultura inclusiva e transformadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A reflexão sobre a deficiência intelectual e a atuação psicopedagógica na construção do conhecimento evidencia-se como um tema de grande relevância no contexto educacional atual. A deficiência intelectual impõe desafios significativos ao processo de aprendizagem, uma vez que envolve limitações no funcionamento intelectual e nas habilidades adaptativas do indivíduo. Esses desafios demandam uma atenção especial dos profissionais da educação, em especial do psicopedagogo, que desempenha um papel essencial na identificação das dificuldades e na proposição de intervenções pedagógicas adequadas, além disso reforça sobre a profissionalização docente nas dimensões psicológicas da escola, uma vez que o professor da sala regular de ensino, tendo o conhecimento dos fatores que influencia no desenvolvimento cognitivo, poderão ajudar no encaminhamento para o profissional psicopedagogo.

A partir da revisão bibliográfica, tornou-se claro que o diagnóstico precoce das dificuldades relacionadas à deficiência intelectual é fundamental para o planejamento de ações educativas que sejam eficazes e que respeitem as singularidades de cada aluno, portanto, justifica-se importante uma educação que privilegia o ensino e compreensão das características demarcadoras da deficiência intelectual, o professor da educação infantil e o psicopedagogo, devem estar preparados para identificar os marcos de desenvolvimento infantil nos aspectos integrais para contribuir no diagnóstico e trabalhar focado no desenvolvimento intelectual. Logo, entende-se que o diagnóstico, está longe de ser apenas uma formalidade, constitui-se em um processo detalhado que considera aspectos cognitivos, emocionais e sociais, buscando compreender o sujeito em sua totalidade e não apenas suas limitações.

Além disso, a psicopedagogia, enquanto campo interdisciplinar, destaca-se por promover a mediação entre o aluno, a família e a escola, configurando-se como um elo que favorece a construção de um ambiente educacional inclusivo e acolhedor. A intervenção psicopedagógica, embasada em estratégias lúdicas e adaptativas, como o uso de jogos, atividades de coordenação motora, e recursos visuais, tem demonstrado eficácia na potencialização das capacidades dos alunos com deficiência intelectual, estimulando sua motivação, autonomia e participação ativa no processo de aprendizagem.

Outro ponto fundamental enfatizado pela literatura é a necessidade de trabalho colaborativo entre educadores, psicopedagogos e familiares. A integração dessas diferentes esferas é crucial para garantir que as intervenções sejam contínuas e coerentes, ampliando as possibilidades de desenvolvimento do educando. A participação familiar,



em especial, representa um suporte afetivo e prático indispensável, capaz de reforçar os aprendizados e contribuir para o fortalecimento da autoestima e da inclusão social do aluno.

Todavia, a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade para alunos com deficiência intelectual ainda enfrenta obstáculos consideráveis, como a insuficiência de formação específica para os profissionais da educação, a carência de recursos pedagógicos adequados e a falta de políticas públicas eficazes que garantam o acesso e o atendimento especializado. Diante disso, é imperativo que haja investimentos contínuos em capacitação docente, infraestrutura e políticas que priorizem a inclusão e o atendimento especializado.

Por fim, a educação de alunos com deficiência intelectual deve ser pautada no respeito às suas potencialidades e na valorização de suas conquistas, por menores que possam parecer diante dos padrões convencionais. O papel do psicopedagogo é crucial para que esse processo seja orientado com sensibilidade, conhecimento e compromisso ético, promovendo a transformação da realidade escolar e social desses indivíduos.

Em suma, a atuação psicopedagógica, aliada a diagnósticos precisos e intervenções planejadas, representa um caminho promissor para garantir que alunos com deficiência intelectual tenham acesso a uma educação de qualidade, que lhes permita desenvolver habilidades cognitivas, sociais e emocionais, construindo uma trajetória educacional significativa e digna.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, N. Epilepsy in children with mental retardation. *Pediatric Neurology Journal*, 2004. Disponível em: <https://www.pedneur.com/>. Acesso em: 01 de set. 2025.

AMERICAN ASSOCIATION ON MENTAL RETARDATION – AMMR. Retardo mental: definição, classificação e sistemas de apoio. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/123456/mod_resource/content/1/AAMR_Definicao_Classificacao.pdf. Acesso em: 01 set. 2025.

BEIRNE-SMITH, M.; ITTENBACH, R.F.; PATTON, J.R. Mental retardation. 5. ed. New Jersey: Prentice-Hall, Inc., 1998. Disponível em: <https://archive.org/details/mentalretardatio00beir>. Acesso em: 28 de ago. 2025.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.



LINDSTROM, L. et al. Building opportunities for young women with disabilities. *Teaching Exceptional Children*, 40(4), 66-71, 2008. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/004005990804000407>. Acesso em: 28 ago. 2025.

PLETSCH, M. D. Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. Rio de Janeiro: Nau; Edur, 2010.

SHEVELL, M. Global developmental delay and mental retardation: conceptualization and etiology. *Pediatr Clin North Am*, v. 55, p. 107-184, 2008. Disponível em: [https://www.pediatric.theclinics.com/article/S0031-3955\(07\)00117-5/fulltext](https://www.pediatric.theclinics.com/article/S0031-3955(07)00117-5/fulltext). Acesso em: 28 de ago. 2025.

STERNBERG, R. J. *Psicologia cognitiva*. Porto Alegre: ARTMED, 2000. Disponível em: <https://www.editorarmed.com.br/>. Acesso em: 30 ago. 2025.

VIGOTSKI, L. S. *Fundamentos de defectologia*. Madrid: Visor, 1997. https://www.academia.edu/41241745/Vigotski_Fundamentos_de_Defectologia. Acesso em: 30 ago. 2025.

